

Para Vellinho, medidas ainda são insuficientes

AGÊNCIA ESTADO

Embora considerando que os cortes nos gastos públicos previstos pelo pacote econômico do governo são "importantes" como uma "tentativa séria de reduzir déficits e controlar a inflação", o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, disse ontem, em Porto Alegre, que o governo tem muito a fazer além do que está no programa anunciado na quinta-feira pelo presidente Sarney, e espera que a íntegra do documento contemple estas ações.

A primeira, explicou, diz respeito à dispensa ou aposentadoria dos 240 mil funcionários públicos que, segundo o ministro da Administração Aluizio Alves, estão recebendo seus vencimentos na ociosidade. "Essa é uma exigência da sociedade", disse. Uma outra decisão, importante, que ele chegou a sugerir ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é que o governo federal "unifique as capitais do País". Esclareceu: "Hoje, o Brasil tem duas capitais. Uma oficial, que é Brasília, e outra paralela, que é o Rio. O próprio Ministério da Fazenda é um exemplo disto. Ele tem no Rio um prédio com funcionários, secretárias, telefones e chefes de gabinete que estão lá como se ali fosse o Ministério. Isto precisa ser eliminado".

Outra atitude que o governo precisa tomar, já fora do pacote, no entender de Vellinho, é a redução da idade para aposentadoria, tanto para o setor público como para o setor privado. Ele disse ter ficado "surpreso" com a informação do ministro Aluizio Alves de que, atualmente, dos 550 mil funcionários públicos regidos pelos estatutos do Dasp, 280 mil são aposentados. "Isto quebra a Previdência". Quanto aos aspectos fiscais do pacote, o empresário considerou "injusta" a retenção do Imposto de Renda dos assalariados retido na fonte acima do limite de 30 ORTN até 1989, por considerar que a decisão faz com que "quem produza pague a conta, enquanto o capital parasita fica protegido".

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, Nortberto Ingo Zadrozny, os cortes anunciados são os mesmos que foram prometidos várias vezes antes. "Quero antes ver para depois crer que, agora, eles irão acontecer."

ESTATAIS

O secretário-geral do Ministério das Minas e da Energia, Paulo Richer, afirmou ontem que a Eletrobrás, a Nuclebrás, a Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras e a Companhia de Pesquisas

de Recursos Mineiros (CPRM) vão fechar o ano com balanços negativos, apesar dos esforços feitos no sentido de melhorar a administração e a eficiência das empresas vinculadas ao MME, que representam, juntas, mais de 70% do orçamento das estatais. "Isto dificulta a privatização pretendida pelo governo através do pacote econômico." Uma fonte da Eletrobrás admitiu que o montante do prejuízo desta estatal deverá ser superior a Cr\$ 1 trilhão, devido à correção dos seus débitos em dólar que atingem US\$ 10 bilhões — 10% da dívida externa brasileira — e às medidas antiinflacionárias adotadas pelo governo, como o congelamento das tarifas durante cinco meses no primeiro semestre.

gre que o pacote é "um conjunto de medidas presumivelmente sérias" que deverá, efetivamente, surtir efeitos sobre os déficits públicos e a inflação, mas criticou a "falta de coragem" do governo para dispensar 240 mil funcionários públicos que, segundo o ministro Aloísio Alves, são ociosos e sugeriu o fim dos privilégios fiscais hoje concedidos a alguns setores da sociedade, citando especificamente as isenções de Imposto de Renda para os integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário.

"O contribuinte está no limite", disse. "Qualquer novo aumento de imposto seria um confisco como foi o empréstimo compulsório que o governo instituiu dois anos atrás para cobrir o déficit público."



Arquivo

'Quem produz paga a conta; o capital parasita é protegido!'

"O Estado não sofre o risco de perder o controle acionário da Petrobrás, porque continuará obrigado, pela lei, a deter um mínimo de 51% do capital votante da empresa. Pelo projeto que modifica a regra de controle de capital das empresas estatais, o Estado é dispensado de deter um mínimo de 51% do capital total da Petrobrás". Essa foi a explicação dada, ontem, por tecnocratas que participaram da elaboração do projeto de lei retirado às pressas pelo governo, sob pena de sofrer rejeição no Congresso Nacional.

"FALTA DE CORAGEM"

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidal Filho, disse ontem em Porto Ale-

"Medidas simples e justas, que tornarão o mercado financeiro mais ágil." Essa foi a definição do pacote em relação ao setor financeiro dada ontem em São Paulo pelo diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Luís Carlos Mendonça de Barros.

O economista Maurício Coutinho, professor da Unicamp, classificou de "tímido" o pacote econômico do governo. Ele disse em Porto Alegre que as alterações ainda não representam uma definição da política econômica. Quanto ao índice oficial de inflação para o mês de novembro (11,12%), afirmou que não é resultante de "manipulação de dados", mas consequência "da adoção abrupta" do IPCA.